

4

O autor de livro didático no Brasil

Nesta etapa do trabalho destacam-se os aspectos históricos que nortearam o uso e o modo de elaboração dos LDs no Brasil desde o século XVIII. Refere-se aos momentos de criação e expansão do mercado de LDs no Brasil, assim como ao tipo de público usuário desses produtos e aos segmentos da sociedade que interferem diretamente nos seus modos de criação e produção.

Devido a sua importância em todas as áreas de ensino o LD tem sido um amplo campo de pesquisas. Os estudiosos têm estudado o LD sob diversos aspectos: o pedagógico, o político, o histórico e o mercadológico.

Lajolo e Zilberman (1999) ressaltam a importância do LD na vida acadêmica do indivíduo,

...Pode não ser tão sedutor quanto às publicações destinadas à infância (livros de histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização de um indivíduo: é cartilha quando alfabetização; seleta, quando da aprendizagem da tradição literária; manual quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade. (Lajolo e Zilberman, p. 121).

Além de reconhecerem a importância do LD como recurso pedagógico, Lajolo e Zilberman (1999, p. 121) também o reconhecem como um valioso bem histórico: “poderosa fonte de conhecimento da história de uma nação que, por intermédio de sua trajetória de publicações e leituras, dá a entender que rumos seus governantes escolheram para a educação...”.

Apesar da relevância do LD para professores e alunos existe também, em algumas esferas do sistema educacional, um debate sobre o uso ou abandono do LD em sala de aula. Muitos dos que aprovam a não adoção do LD ressaltam seu suposto papel opressor e alienante para seus usuários. Essas vozes alegam que os conteúdos dos LDs são em geral desatualizados, pois os LDs não são um meio ágil o bastante para veicular informações e apresentar conteúdos atualizados. Alegam também que os LDs são simplesmente bens culturais criados para o enriquecimento das editoras.

Soares (2003, p. 9) em relação a ser contra ou a favor do uso do livro didático, se posiciona da seguinte forma: “Professores e alunos, avaliadores e críticos que manipulam os livros didáticos nem sempre se dão conta de que eles são o resultado da longa história da escola e do ensino.”

Embora haja diversos posicionamentos a respeito da importância do LD, no desenrolar das investigações para o desenvolvimento do presente trabalho, conforme já mencionado, foi possível constatar que a pesquisa a respeito da identidade e formação do autor de LD não é significativa nos meios acadêmicos e editoriais. Pesquisa-se bastante a respeito do produto final, contudo pouco se esclarece a respeito do autor e as condições de produção da sua obra.

Fato curioso, se considerarmos que no Brasil o LD representa o principal material utilizado nas escolas. O volume de vendas de livros didáticos das principais editoras ao governo comprova essa realidade. (Anexo 1 – Resumo físico-financeiro PNLD 2006).

Como justificativa para a importância de se conhecer quem está por trás do texto, podemos recorrer a Bakhtin (1981). Este leva em conta o princípio da dialogia como fundamento da linguagem. Segundo o filósofo o texto define-se como mediador do diálogo entre os seus interlocutores através da interação verbal. Dessa forma, a leitura (a partir do aluno) e a escrita (a partir do autor) podem ser compreendidas como formas de produzir sentidos possíveis e previsíveis do texto, como num diálogo ou conversação entre sujeitos que interagem com um propósito real de comunicação.

Na prática, pelo menos em relação ao “interlocutor-autor” podemos entender os princípios dialógicos de Bakhtin considerando as palavras do professor de história e autor de livros didáticos e paradidáticos, Pedro Paulo A Funari:

O livro, por pior que seja, é ótimo! Desde que seja usado por um professor bom! No momento em que nós estamos passando pela substituição da leitura pelas imagens, o livro ganha ainda mais importância. Não que a imagem não deva ser usada, mas a leitura permite demonstrar uma construção: quem é o autor, a que público se destina, quais os interesses que estão por trás, por que o autor está escrevendo aquilo. (Funari, 2001)

A importância de se analisar o ato de criação desde o momento em que se concebe uma idéia inicial, passando pela escolha e aplicação de mecanismos e processos para transformar essas idéias em textos escritos é respaldada pelas concepções de Bakhtin (1984). O crítico literário e filósofo contrasta a visão tradicional do trabalho literário monológico com o dialógico, onde ocorre diálogo do texto com outros textos, outros autores e com os leitores.

Nesse sentido, um texto é simplesmente composto de várias vozes que conversam e respondem umas às outras, sendo o contexto social um fator determinante dessa interação. Esse conceito auxilia na compreensão dos eventos de co-autoria e intertextualidade que permeiam o processo de criação, especialmente do autor de LD.

Esses pressupostos, que também levam em conta o papel do leitor na condição de co-autor de um texto, podem gerar compreensão sobre o diálogo do autor de LD com o professor e com os alunos – seus verdadeiros leitores.

Escrever um LD implica uma série de particularidades. O LD é um produto pedagógico de grande importância que existe em função da escola, sendo assim certos pré-requisitos devem ser plenamente atendidos. A confecção de um LD demanda pesquisa de tópicos e várias etapas de revisão durante a sua elaboração. O autor de LD precisa abordar conteúdos que estão em constante e rápido desenvolvimento. Em geral esses conteúdos não são selecionados pelo próprio autor, mas pelos responsáveis pela política de educação das escolas. O conteúdo do LD precisa adaptar-se a pelo menos quatro principais públicos-alvos, mas não necessariamente na ordem em que vêm relacionados a seguir.

Primeiramente aos alunos. Essa adequação diz respeito à faixa etária e ao nível sócio-econômico dos mesmos. Isso implica em adequar a linguagem e as imagens usadas. Espera-se que todo o conteúdo seja didático e que possua a qualidade de despertar o interesse do aprendiz e desenvolver o pensamento crítico, entre outros pré-requisitos pedagógicos.

Em relação aos alunos serem levados em conta pelo autor existem ressalvas a esse respeito. Muitos estudiosos do LD argumentam que nos processos de avaliação e escolha para adoção dos livros a participação do aluno nesse processo não ocorre. Alfred and Thelen (1993, p. 469) *apud* Johns (1997, p. 48) menciona que “tanto editores quanto autores estão bem cientes de que... enquanto o livro-texto [entenda-se LD] é *dirigido* a um público de alunos, o livro-texto é *construído* para um público de profissionais.” [grifo meu]. Afirmação essa que a autora complementa com nota de Swales:

...somos nós profissionais que avaliamos manuscritos, escrevemos críticas, folheamos catálogos, visitamos feiras de livros, recomendamos adoções e orquestramos o uso de livros-texto nas aulas. Não são os alunos que fazem essas coisas, contudo podemos dar valor aos *diferentes* tipos de feedback que os alunos podem dar.

A autoria de livros-texto (LD) é assim – e apesar de parecer o contrário – mais dialógica (cf. Bakhtin 1986) entre o leitor-avaliador do que entre o leitor-consumidor. (Swales, 1995, p.6, minha tradução).¹

¹ ... it is we professionals who evaluate manuscripts, write reviews, pursue catalogues, visit book exhibits; recommend adoptions and orchestrate the use of textbooks in classes. It is not the students who do these things, however much we may value the *different* kind of feedback students may provide. Textbook authoring is thus – and despite appearance to the contrary – more dialogic (cf. Bakhtin 1986) with the evaluator-reader than with the consumer-reader.

Essa exclusão do corpo discente do processo de avaliação de LDs talvez não signifique apenas uma visão autoritária por parte dos que avaliam, pode se dar também em virtude de uma consideração errônea de que os aprendizes não teriam discernimento e até mesmo conhecimento prévio para serem avaliadores competentes do seu próprio material de aprendizagem. O grande número de alunos a serem consultados, mesmo criando-se grupos representativos dos mesmos, pode ser também outro fator de impedimento dessa prática.

Quanto ao público compreendido pelos professores, estes esperam cada vez mais encontrar nos livros um formato que lhes facilite ao máximo a tarefa de lecionar. O LD de LI como LE pioneiramente no nosso mercado editorial, provavelmente pela sua natureza que trata de uma língua estrangeira e também pela influência das editoras inglesas e americanas que também vendem seus livros aqui, tem sido elaborado de acordo com essas expectativas dos professores. Esses profissionais demandam que o LD tenha conteúdo atualizado, um formato de plano de aula com tarefas bem definidas a serem realizadas pelo discente e pelos docentes, exercícios com respostas, notas culturais que complementem o saber do professor, modelos de provas, testes de “nivelamento”, pôsteres, exercícios fotocopiáveis e sugestões para atividades extras e projetos.

O terceiro público a ser citado é o MEC e as agências e programas a ele associados, como o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático criado em 1985) e o PNLEM (Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio implantado em 2004). Esses programas são responsáveis pela distribuição e compra de LDs para os alunos dos ensinos fundamental e médio, respectivamente.

O quarto público a ser contemplado é o dos editores que orientam suas políticas de acordo com as tendências e particularidades das leis de mercado.

Para Cassiano (2004) “...este é um mercado que requer a conciliação dos interesses comerciais com os educacionais...”. Concordo com a autora quando a mesma menciona a importância do livro didático como importante objeto de estudo o qual merece a atenção de amplos setores da sociedade, e não só do acadêmico.

Se o LD possui tanta relevância no sistema educacional, sendo muitas vezes a única fonte e meio de informação de professores e alunos, tanto mais o possui aquele que o escreve. Dediquemos-nos no presente trabalho, então a obter algum entendimento sobre o perfil do autor de LD de matérias que não a LI a fim de verificar mais adiante se os percursos desses escritores se assemelham.

Soares (1996) ao pesquisar sobre o LD no Brasil prioriza o aspecto, como ela própria salienta, não do que deve ser o livro didático, mas sim o que é, o que tem sido e o que foi o livro didático sob um olhar sócio-histórico do ensino. A autora explica: “Criado [...] na Grécia antiga, o livro didático persistiu ao longo dos séculos, sempre presente nas instâncias formais de ensino, em todas as sociedades, ...”. A compreensão que a autora proporciona sobre a longevidade do livro didático facilita o entendimento dos porquês dos conteúdos programáticos de hoje em dia, assim como dos aspectos psicopedagógicos, metodológicos e ideológicos envolvidos na criação. Segundo Soares (1996) ao longo da História o ensino sempre esteve associado ao uso de um livro escolar “fosse ele livro *utilizado* para ensinar e aprender, fosse livro *propositadamente feito* para ensinar e aprender”.

Durante todo o século XIX e início do século XX, os LDs usados nas escolas brasileiras vinham da Europa, principalmente da França e de Portugal, que constituíam as principais referências sociais e culturais do Brasil. Dessa forma, o autor brasileiro de LD é uma personagem recente na história do nosso país. Soares (*op.cit.*) esclarece que foi somente no início do século XX, mais precisamente em 1930, que surgiram condições propícias ao aparecimento de autores e edições de LDs nacionais. Entre as principais causas favoráveis destacam-se medidas governamentais nacionalizadoras, associadas à expansão da rede de ensino. Outro fator importante foi o surgimento das Faculdades de Filosofia que propiciariam o aparecimento de autores de LDs duas ou três décadas mais tarde.

Lajolo & Zilberman (1999, p. 194) situam a segunda metade do século XIX como o período em que os autores brasileiros de LD começaram a expandir e fortalecer suas atuações por conta da carência e inadequação dos livros importados para o público de aprendizes local: “... os autores brasileiros da segunda metade do século XIX podiam respaldar na pedagogia e no nacionalismo, melhor ainda, numa pedagogia nacionalista, os argumentos que criavam e fortaleciam expectativas de um produto didático autenticamente brasileiro. Expectativas que eles próprios se incumbiam de satisfazer, ao fabricar a mercadoria cuja necessidade proclamavam.”

Também de acordo com Villela (2004): “O mercado editorial nasceu, se fortaleceu e se consolidou no Brasil no decorrer do século XIX”. A autora explica:

Atentos ao mercado promissor que se desenvolvia, empresários do ramo editorial internacional decidem abrir negócios no Brasil a partir de meados do século. Logo a sensibilidade comercial de muitos desses homens vai fazer com que se interessem principalmente pela produção de livros didáticos – a carne desse comércio, como se dizia, em contraposição aos ossos, que eram as obras

de literatura, sempre arriscadas ao insucesso de permanecer nas prateleiras. Num país em crescente ritmo de escolarização o risco de investir na produção dos didáticos era substancialmente menor, quase nula,... (Villela, 2004, p. 4)

A partir desse momento teve início um longo período de permanência e um mercado economicamente rentável para os LDs no Brasil.

De acordo com Soares (1996, p. 57) os primeiros autores nacionais de LDs eram cientistas, intelectuais, professores catedráticos de Universidades e do Colégio Pedro II – centro de referência para o ensino durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Entre alguns desses renomados autores constam o escritor e educador Lourenço Filho (1897 – 1970); o poeta e jornalista Olavo Bilac (1865-1918); o professor catedrático da Universidade de São Paulo Aroldo de Azevedo (1910 – 1974) e os professores e jornalistas Carlos Laet (1847 – 1927) e Fausto Barreto (1852 – 1908). Esses profissionais normalmente tinham formação diferente ou indiretamente ligada às matérias para as quais escreviam. O porquê de escreverem sobre assuntos diversos às suas áreas de formação se devia ao fato de esses autores serem em sua maioria autodidatas. Além desses aspectos, esses nomes asseguravam a vendagem dos livros e a conformidade dos conteúdos ao que possivelmente seria o “politicamente correto” da época.

Na segunda metade do século XIX as experiências pedagógicas dos autores passaram a ser valorizadas. Professores e também diretores de escolas particulares começaram a compor o quadro daqueles que escreviam LDs num momento em que houve um aumento significativo do crescimento do ensino.

Em relação à “nova geração” de autores do final do século XIX, Villela (2004) destaca o professor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho que se formou professor pela escola normal de Niterói em 1870. Embora Felisberto fosse um professor que se tornara autor é importante ressaltar que ele fazia parte da elite intelectual da época. Segundo a autora, a partir de reflexões sobre a sua prática pedagógica o autor se viu impelido a elaborar seu próprio material didático. Villela (2004, p.12) ressalta o valor desse professor-autor para a profissão de autores de LD no Brasil. A respeito de Felisberto ela fala: “... tornou-se precursor, no Brasil, dos livros didáticos fartamente ilustrados, novidade na época mesmo nos países da Europa e nos Estados Unidos. O sucesso de muitos desses livros foi tão grande que garantiu reedições sucessivas por quase um século.”.

Outros nomes que se destacaram como autores a partir das suas experiências pedagógicas foram Abílio César Borges, Hilário Ribeiro, Romão Puiggari, Arnaldo de Oliveira Barreto, Francisco Vianna e João Köpke.

Por volta da década de 1960 houve novamente uma fase de democratização do ensino e conseqüente expansão da rede escolar. Esse processo ocasionou o desprestígio dos ensinos fundamental e médio. Dessa forma, os intelectuais de alta qualificação científica e educacional cada vez mais deixaram de ser atraídos pelo ofício de autoria de LDs para esses segmentos.

Atualmente a preferência dos editores por autores que possuam experiência didática ainda prevalece. Além de se originarem do meio acadêmico, de acordo com Saab (1999) o contingente de autores de LDs atualmente no Brasil é majoritariamente composto por autores nacionais.

No que se refere a autores, o Brasil, nos diversos segmentos da indústria editorial, possui bons autores. Na verdade, segundo os editores, a produção de conteúdo não constitui problema, no Brasil. O material didático em circulação nas escolas brasileiras, por exemplo, é majoritariamente elaborado por autores nacionais. A presença dos autores estrangeiros é pequena, e quase inexistente, no ensino fundamental, figurando apenas no ensino superior. (Saab, 1999, p.3)

O que foi visto até aqui demonstra a constante adaptação do perfil do autor de LD aos interesses dos editores que por sua vez dependem dos interesses do Estado e do apoio do sistema de ensino em geral. As esferas governamentais têm sido as grandes responsáveis pela aprovação dos conteúdos dos livros didáticos e pela compra dos mesmos.

Em relação à dependência da aprovação do conteúdo do LD por diversas esferas ligadas à Educação vigora hoje em dia, desde 1996, um procedimento adotado pelo MEC em parceria com universidades públicas de submeter os LDs a uma avaliação com o intuito de detectar erros conceituais e conteúdos desatualizados. Os resultados são, então, divulgados nos *Guias de Livros Didáticos* e distribuídos nacionalmente para as escolas a fim de orientar os professores nas suas escolhas. Esse procedimento se caracteriza como mais um elemento regulador da obra final do autor de LD no Brasil.

Uma questão muito importante é desvendar até que ponto esse contexto “coercitivo” pode ser um fator de inibição para a criação do autor de LD. Cabe aqui a pergunta: Que tipo de autoria vem exercendo esse profissional mediante tantas intervenções no que seria o resultado do seu trabalho?

O ofício do autor de LD é um trabalho de várias mãos e de várias cabeças. Numa editora, diferentes profissionais atuam juntamente com o autor, entre eles, o diagramador, o ilustrador, o revisor e certamente o editor. Não obstante o papel do autor é de grande importância e responsabilidade, pois entre todos os profissionais que com ele operam seu nome sem dúvida, é o que estará mais proximamente associado tanto ao bom quanto ao mal resultado.

Ao comentar em sua tese, a partir de referências a Chartier (1991) em que este fala sobre o leitor, a leitura e a interferência dos editores no texto final, Kazumi (1997) apresenta uma crença que é bem recorrente nos meios editoriais e acadêmicos onde muito pouco se pesquisa sobre o momento de criação e o processo de elaboração mental das idéias do autor de LD.

Não há, em suma, o Texto, essa idealidade eidética a pairar no mundo inteligível. O que há, efetivamente, é papel e tinta (além de cola, linha e outros materiais) em sua brutalidade empírica, na qual se inscrevem significados. Livro é signo cultural na e pela sua materialidade, pela sua natureza objetivada como mercadoria, resultado de uma produção para mercado. A análise do livro requer, pois, a recusa do idealismo que sobrevaloriza a ideação da Obra e desdenha o momento da produção material. Ao contrário do que muitos acreditam, não há no livro a imediatez das idéias; é a forma (material) como elas se apresentam, tão desprezada em certos meios, que lhes conferem possibilidade e ocasião de significação. (Kazumi, 1997, p. 19)

Geralmente quando se pensa no LD se pensa na materialidade do livro e nos modos de produção da indústria cultural. Dessa forma parece que a tendência nas avaliações dos LDs tem sido a negação do autor ou o seu posicionamento no processo de criação como apenas mais um colaborador numa rede que envolve vários outros profissionais ou co-autores.

A respeito da fragmentação da autoria de LD que ocorre atualmente, Bittencourt (2004) esclarece:

Para agilizar a produção e criar padrões uniformes para o livro didático dilui-se a figura do autor por intermédio da compra de textos de vários escritores, textos que se integram em um processo de adaptações nas mãos de técnicos especializados. Desse modo não podemos mais identificar quem efetivamente escreveu o texto. (Bittencourt, 2004, p. 477)

Num estudo de Conceição (2005) em que a autora analisa um LD, antes e após o mesmo ser revisado por suas autoras e aprovados pelo *MEC*, fica evidente a falta de clareza, em alguns momentos, do papel do autor na engrenagem de produção do LD. É notório também que muitas vezes ocorre a predominância da editora como uma “marca” que confere *status* e valor ao LD, muito mais do que o nome do próprio autor.

... Pode-se interpretar esse comportamento da equipe revisora como sendo uma séria preocupação com a possibilidade de reprovação da Coleção pelo Órgão que precisaria ser convencido de que a Coleção merecia ser aprovada. Uma das evidências dessa preocupação verifica-se na página que precede a Apresentação da Coleção revisada. Nessa primeira página foi escrito em destaque, logo abaixo do título da Coleção e dos nomes das autoras, a informação: ASSESSORIA PEDAGÓGICA, que foi repetida no final da página através dos termos: ASSESSORIA PEDAGÓGICA SCIPIONE EDUCAÇÃO. Informar isso reforça o prestígio que a Editora desse livro didático goza no mercado de produção de livros didáticos e, embora enfraqueça a idéia de autoria, fortalece, diante do MEC, o *status* da revisão. A questão da autoria do livro didático, segundo Souza (1999), está associada, predominantemente, ao sujeito autor desde que sua autoridade seja legitimada pela editora que o valida. (2005, p. 59).

A autora finaliza seu trabalho com uma conclusão que traduz claramente a maneira como o autor de LD é conduzido a trabalhar em função de vários interesses simultâneos, que não só aqueles envolvidos diretamente com o seu produto: “... o que se pôde perceber foi uma pretensão de agradar a ‘gregos e troianos’. Como se sabe, coleção que não vende, não é editada, portanto, é preciso tentar agradar o maior número de consumidores possível”. (Conceição, 2005, p. 61).

Outro aspecto relevante das interações do autor no seu campo de trabalho é a questão dos direitos autorais. Esse é um tópico também pouco esclarecido e raramente comentado. Quando se trata de autores de LD de LI contratados por escolas de idiomas, normalmente esses profissionais não recolhem direitos autorais, embora seus nomes sejam mencionados nos créditos. O que fica acordado entre os autores e os donos dessas escolas é um salário mensal por prestação de serviço como ocorre com outros trabalhadores em geral. Geralmente essas instituições se apropriam das criações do autor como parte do acervo pedagógico da sua rede de ensino.

Já os autores que escrevem para as editoras podem ser empregados ou prestadores de serviços autônomos dessas empresas, sujeitos a receberem salário e direitos autorais, só salário ou só direitos autorais, sendo que essas questões não são muito transparentes para as pessoas em geral. Não se conhece muito bem sobre esses acordos da mesma forma como se sabe sobre os direitos e deveres que regem os contratos de trabalhadores comuns pautados pelas leis trabalhistas brasileiras.

Muitas vezes, por se tratarem de profissionais ligados à educação, as editoras, a sociedade em geral e até os próprios autores espera que haja desprendimento e abnegação por parte dos mesmos no que diz respeito aos seus direitos autorais. É como

se não parecesse nobre e altruísta um profissional a serviço da educação reivindicar lucros financeiros.

Aparentemente não se espera que haja a mesma postura benevolente por parte das grandes editoras de didáticos que obtêm lucros volumosos, conforme levantamento verificado por Saab (1999)². Em um portal educacional na *internet* foi divulgado um anúncio em tom panfletário senão populista, sobre a renúncia de direitos autorais por autores de LDs:

De acordo com o governador, a produção dos livros e a *disponibilização dos direitos autorais ao domínio público* [grifo meu] demonstram mais uma vez a posição de vanguarda do Estado em relação à Educação. O Paraná é o único estado que oferece da primeira série do ensino fundamental à terceira série do ensino médio livros didáticos gratuitos, em todas as disciplinas da grade curricular. Os livros do ensino fundamental são distribuídos pelo governo federal, por intermédio do Ministério da Educação. (http://www8.pr.gov.br/portals/noticias/frm_detalharNoticia.php?tipo=1&nome=Portal&sit=exp&codNoticia=1148&bloco=1&pag=1, 2006)

Mediante todas as questões sociais e econômicas levantadas até aqui uma em particular, devido à principal proposta de investigação dessa pesquisa, merece grande destaque: As interferências presentes no trabalho do autor de LD se dão sempre por razões exclusivamente políticas e financeiras ou existem fatores lingüísticos

2

O segmento de livros didáticos, incluindo-se, também, os paradidáticos, é o mais importante do setor, representando, em média 54% da produção editorial. Dos 369 milhões de livros produzidos, em 1998, 244 milhões referiram-se a livros didáticos. É o segmento mais concentrado, ou seja, com o menor número de editoras (Ática, Scipione, Saraiva, Moderna), o que pode ser explicado pelo seu elevado custo de produção. O mercado de livros didáticos faturou cerca de US\$ 998 milhões, em 1998, acompanhando o aumento no número de crianças e adolescentes matriculados nas escolas. O governo é o maior comprador de livros didáticos do país, tendo participado com cerca de 44%, das compras deste segmento, em 1998, quando adquiriu cerca de 114 milhões de exemplares; mesmo com margens, menores e com os colégios integrados produzindo material didático, essa expansão da venda de livros didáticos vem chamando a atenção de editoras estrangeiras, especialmente da Europa, onde as possibilidades de crescimento quase não existem mais. Assim, haveria uma tendência de internacionalização do segmento de livros didáticos brasileiro. Em todos os países desenvolvidos, as compras de livros didáticos, pelo Estado, têm peso no setor editorial, e influenciam nas tiragens e no preço de capa dos livros. No Brasil, antes de 1964, o poder público comprava pouco e diretamente, nas livrarias. Em 1965, o governo começou a comprar maciçamente. Havia uma comissão que escolhia os títulos. Em 1985, no Governo do Presidente José Sarney, mudou-se esse método, e os livros passaram a ser escolhidos pelos professores. Atualmente, a compra de livros didáticos é realizada por intermédio do Programa Nacional do Livro Didático (PNDL), desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao Ministério da Educação. Através desse Programa, o referido Ministério investiu US\$ 344 milhões na compra de 114 milhões de livros, para mais de 30 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental público, em 1998. (Saab, 1999, pp. 22 -23)

relacionados ao LD, entendido como um gênero discursivo, que o caracterizam como um objeto sujeito a tantas interposições?

4.1

Resumo

A pertinência desse capítulo impôs-se pela importância do LD como principal material pedagógico na vida acadêmica dos estudantes brasileiros.

Falou-se sobre aqueles que foram os primeiros autores de LD no Brasil e as condições que os possibilitaram serem os pioneiros nesse setor. Esse resgate histórico é importante para se compreender o papel atual e o *status* do autor de LD em geral no mercado editorial brasileiro. A partir desse perfil é possível identificar possíveis diferentes atuações de autores de LDs em geral e de autores de LD para o ensino de LI como LE no mercado nacional.

Foram citados alguns mecanismos que ocorrem no mercado editorial brasileiro de LDs para a produção e venda desses produtos. Mencionaram-se algumas particularidades do LD em relação a outras publicações escritas e conseqüentemente tratou-se também das especificidades da criação de um autor de LD.

Ao final do capítulo foram feitas algumas menções sobre as questões dos direitos autorais do autor de LD.